



## PROTOCOLO

O Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito das reuniões técnicas relativas à preparação do processo de transferência de competências do Ministério da Educação para as autarquias locais,

- a) reconhecendo que a igualdade de oportunidades de acesso à educação e ao ensino e a promoção do sucesso educativo nos diferentes níveis de escolaridade constituem objectivos fundamentais da política educativa;
- b) conscientes de que as desigualdades nos planos socio-económicos, cultural e de saúde se apresentam, por via da regra, como importantes causas de condicionamento do rendimento escolar e influenciam, de forma determinante, atitudes que se reflectem no sucesso educativo;
- c) reconhecendo que as escolas, enquanto elemento integrante da comunidade e em articulação com as direcções regionais de educação e as autarquias, assumem a responsabilidade directa e imediata pela execução das medidas e acções de apoio socio-educativo, visando assegurar aos alunos um regime alimentar adequado às suas necessidades;

estabelecem entre si o seguinte acordo:

### 1º

#### Competências do Ministério da Educação

Ao Ministério da Educação compete:

1. A distribuição diária e gratuita de 2 dl. de leite aos alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, incluindo o mediatizado, no âmbito do "Programa de Alimentação e Nutrição", em complementaridade com o estipulado no Decreto-Lei nº 399-A/84, de 28 de Dezembro.



2. O fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo, nas escolas do 2º e 3º ciclos ou nas escolas do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, pelo preço das refeições fixado para os alunos dos 2º e 3º ciclos de escolaridade.

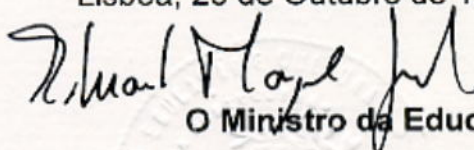
## 2º

### Competências da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Aos municípios compete:

1. O transporte do leite escolar da sede do concelho para todas as escolas situadas na sua área geográfica, assegurando os cuidados necessários em matéria de higiene e de acondicionamento, no âmbito do "Programa de Alimentação e Nutrição".
2. A comparticipação no valor do custo real refeição/aluno do 1º ciclo, de acordo com os critérios e em idênticos montantes à comparticipação das direcções regionais de educação nos encargos com a alimentação para os alunos dos outros ciclos da escolaridade, estabelecendo, nesse sentido, acordos com as respectivas escolas, nos termos definidos por despacho ministerial a publicar anualmente.
3. As Câmaras Municipais suportarão o custo total, ou parcial, do preço fixado para a refeição, de acordo com os critérios fixados, no âmbito do respectivo concelho, para o apoio socio-educativo aos alunos de agregados familiares com dificuldades económicas.

Lisboa, 23 de Outubro de 1996

  
O Ministro da Educação



O Presidente da Associação Nacional  
de Municípios Portugueses